

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

Solicita seja convidado o Sr. Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos a fim de prestar esclarecimentos sobre as doações feitas à Polícia Federal por Organizações Governamentais dos Estados Unidos.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Ex^a, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º do Regimento Interno, se digne adotar providências necessárias à convocação do Sr. Ministro da Justiça Marcio Thomas Bastos a fim de prestar esclarecimentos acerca das doações feitas à Polícia Federal por Organizações Governamentais dos Estados Unidos e sobre as denúncias do Chefe do FBI no Brasil, Sr. Carlos Costa na qual declarou a subserviência da Polícia Federal Brasileira em razão das doações recebidas.

JUSTIFICAÇÃO

Foi amplamente divulgado pela imprensa, especialmente pela reportagem de Capa da Revista Carta Capital deste mês que a Polícia Federal Brasileira vem sendo constantemente subornada por organizações governamentais americanas.

Segundo declarações do ex-chefe do FBI no Brasil, os Palácios da Alvorada e do Itamaraty foram grampeados e monitorados. A Polícia Federal “foi comprada por milhões de dólares” .

Como aponta o americano naturalizado Carlos Costa, ao pagar as contas da Polícia Brasileira Os Estados Unidos têm acesso e controle totais. Quem paga é quem dá as ordens, declarou o ex-agente que ressaltou

ainda: “Não creio que o governo tenha noção do quanto a sua Polícia Federal está infiltrada por nós há anos...”.

Indiscutível que tais fatos caracterizam irrefutável agressão à defesa e soberania nacional , razão por que devem ser totalmente esclarecidos.

Instituição indispensável à manutenção do Estado democrático, à soberania e ao equilíbrio das relações de direito, principalmente as que envolvem interesses da união, a Polícia Federal deve trabalhar com autonomia, com apoio, mas sobretudo sem comprometimento com ideais que não representem os do povo e da nação brasileira.

Tal assunto é de particular interesse desta Comissão de Segurança Pública, motivo pelo qual esperamos ver o presente requerimento aprovado, sendo o Sr. Ministro da Justiça Marcio Thomas Bastos convocado a prestar declarações.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2004.

Deputado Alberto Fraga
PTB/DF